

Escolas: Ministro quer ampliar carga horária

O Ministro da Educação, Carlos Chiarelli, anunciou ontem de manhã, na Escola Superior de Guerra (ESG), que até o fim do mês vai enviar ao Conselho Federal de Educação (CFE) um projeto que prevê a ampliação do ano letivo e da carga horária das escolas de Primeiro Grau. A partir de 1991, o ano letivo passaria a ter 200 dias, em vez de 180, e os alunos da 1^a à 8^a séries teriam seis horas de aula por dia, duas a mais do que o Ministério da Educação exige hoje. O Ministro Carlos Chiarelli divulgou as alterações no ensino de Primeiro Grau depois de falar, por mais de duas horas, para 132 estagiários da ESG sobre a Política Nacional de Educação.

— Com as mudanças no calendário escolar, as escolas passariam a ser obrigadas a cumprir uma carga horária anual de 1.200 horas, como acontece nos países desenvolvidos. Hoje, por ano, são dadas apenas 720 horas de aula, o que se iguala apenas ao sistema de ensino adotado na América Central e na África — comparou Carlos Chiarelli.

O estudo que vem sendo feito pelo Ministério da Educação sobre as atuais condições do ensino de Primeiro Grau prevê ainda a redução no período de férias dos professores para 30 dias. Embora eles tenham direito a só 30 dias, a maioria tira de 60 a 90 dias de férias, período que deveria ser aproveitado em cursos de reciclagem. A adequação do calendário escolar a cada região e alterações no currículo escolar também estão incluídos nas mudanças do en-

sino fundamental. Temas como o aumento do consumo de drogas por adolescentes, as doenças infectocontagiosas como a Aids, os acidentes de trânsito, que matam milhões de brasileiros a cada ano, passariam a ser discutidos dentro da sala de aula. Até o dia 30 de novembro o CFE terá que apresentar ao Ministério da Educação um parecer técnico sobre o projeto, que, se aprovado, entrará em vigor no próximo ano.

— Nós queremos professores trabalhando mais, mas também ganhando mais. O Ministério da Educação reservou parte do seu orçamento de 1991 para liberar recursos aos Estados e Municípios para a adequação dos salários dos professores ao projeto — explicou o Ministro.

Carlos Chiarelli acrescentou que espera ver os primeiros resultados do Programa Nacional de Alfabetização em março do próximo ano, quando 5 milhões de crianças de 7 a 14 anos deverão ser matriculadas nas escolas das redes municipal e estadual de ensino. Para isso, o Ministério da Educação tem feito convênios, treinado professores e construído novas salas de aulas. Também está nos planos do Ministério da Educação transformar o Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional dos Surdos, no Rio, em centros de treinamento de professores, em vez de serem apenas unidades assistenciais. As diretoras dos dois institutos foram afastadas há menos de um mês devido a denúncias de irregularidades.

Período de aula é um dos menores

O Brasil está entre os países que apresentam a menor carga horária escolar diária e, também, o menor período letivo. Enquanto as escolas brasileiras costumam adotar um calendário de 180 dias de aula por ano, com carga horária de 20 horas semanais, o Japão tem um ano letivo com 240 dias e uma carga horária semanal de 32 a 37 horas. A França também tem um período de atividades escolares bem acima do adotado no Brasil: são 220 dias letivos e de 27 a 30 horas semanais de aula.

Com as alterações previstas, o Ministério da Educação pretende equipar o ano letivo brasileiro com o adotado na Itália e na Inglaterra, onde o calendário escolar tem 200 dias letivos e uma carga horária semanal de 27 a 35 horas. Como cada região brasileira tem características próprias que influenciam no ensino, o Ministério acredita que o acréscimo de duas horas diárias — hoje os alunos permanecem, em média, quatro horas nas salas de aula — seja mais fácil em alguns Estados.